



BIBLIOTECAS  
DE LISBOA

**A IDEIA NACIONAL: REVISTA POLÍTICA BI-SEMANAL** – Começou a publicar-se, em Aveiro, a 17 de março de 1915, sob a direção de Homem Cristo Filho<sup>i</sup> (1892-1928), que seria também o seu proprietário. Faziam parte do corpo diretivo permanente: António Rocha, como «editor-administrador», e Victor Falcão<sup>ii</sup> (1866-1966), que desempenhava o cargo de «secretário geral» e também redigia artigos. A revista, que se afirmou desde o primeiro dia monárquica, não sobreviveu ao movimento revolucionário dos “jovens turcos” de 14 de maio de 1915, que pôs fim ao governo do general Pimenta de Castro (1846-?). **O último número, o 18.º, saiu com data de 15 de maio.**

Reapareceu a 6 de Abril do ano seguinte (1916), dando continuidade à numeração anterior, mas apresentando um novo subtítulo: «revista monarchica semanal ilustrada». Esta segunda existência terminou uns meses depois, a 16 de Junho, acrescentando ao legado d’ *A Ideia Nacional* mais 10 edições ou números. A coleção da Hemeroteca Municipal, agora tornada acessível na internet, está portanto incompleta, uma vez que integra apenas as edições do primeiro ano ou ciclo (1915). E no presente texto apenas teve em conta esse conjunto.

O aparecimento d’ *A Ideia Nacional* na cidade de Aveiro encontra uma explicação plausível no facto de Francisco Manuel Homem Cristo<sup>iii</sup> (1860-1943), o pai, ser proprietário e director do semanário *O Povo de Aveiro* (1882-1941). O jornal fora suspenso, por motivos políticos, em Janeiro de 1911, e Homem Cristo, seguira o caminho do exílio em França, onde ainda se encontrava. Portanto, Homem Cristo Filho terá aproveitado esse “capital” paterno, que incluía umas oficinas tipográficas, para produzir a revista *A Ideia Nacional*.<sup>1</sup> Tudo se localizava na rua de Arnellas, endereço da «Redação, administração e oficinas de comp. e imp.» d’ *A Ideia Nacional*.

A partir do 2.º número a revista assume a existência de um escritório em Lisboa, na rua da Emenda n.º 30<sup>2</sup>, espaço que fora anteriormente sede da redação e administração do diário monárquico *A Restauração* (junho a

---

<sup>1</sup> Na última página do n.º 5, pode ver-se publicidade à «Ideia Nacional. Oficinas de composição e impressão a vapor» referenciadas como «propriedade de Manuel Homem de C. Christo» [sic] Mas três números depois (n.º 8), de acordo com o que consta na última página de texto, o proprietário passou a ser Antonio Conceição Rocha, que, aparentemente, era a mesma pessoa do editor-administrador. Como o jornal e as oficinas parecem partilhar o mesmo nome, não é claro se essa mudança de propriedade era extensiva ao próprio jornal. Ver publicidade presente no final do n.º 12 e edições posteriores.

<sup>2</sup> Conf. 1.ª página (rosto) do n.º 2.

outubro de 1914). Um periódico que também fora fundado e dirigido por Homem Cristo Filho, e que tivera como chefe de redação Victor Falcão, que agora assumia o cargo de «secretário geral»<sup>3</sup>. De resto, a relação filial entre as duas publicações e os tempos heroicos do *Restauração* foram tratados no editorial de apresentação d' *A Ideia Nacional*. Aí se recorda a «corajosa resistência» do diretor e dos redatores do diário monárquico aos assaltos movidos pela «turbamulta, comandada pela formiga-branca», ou seja por «Afonso Costa e os seus amigos»; bem assim, a perseguição constante e arbitrária das autoridades republicanas, que por mais de uma vez suspenderam o jornal, enviando para os calabouços toda a equipa que o produzia.

## PROGRAMA

A *Ideia Nacional* foi, pois, apresentada como um **projecto diretamente derivado d' A Restauração**, como se encontra explicitado no título do editorial: «O desaparecimento d' A RESTAURAÇÃO. O aparecimento d' A IDEIA NACIONAL.». **Mas como fizeram questão de esclarecer não vinha substituir o saudoso diário, que até planeavam ressuscitar em breve:** «Enquanto se procede á instalação e organização do jornal diário, os leitores e amigos d' *A Restauração* encontram n' *A Ideia Nacional* artigos dos mais illustres escriptores d' este paiz e a modesta prosa do signatário destas linhas. Quando vier o jornal, mais completa será a sua acção, desde de que tenha como auxiliar uma revista política como esta, onde os problemas fundamentaes da vida portugueza possam ser tratados com um vagar e uma profundeza incompatíveis com a forma rapida e concisa exigida pela vida moderna.»<sup>4</sup>

De acordo com as explicações avançadas, **a revista vinha abrir espaço para uma reflexão profunda sobre os problemas nacionais**, mais do que acompanhar a atualidade diária. E esse exercício era entendido como preparatório para o relançamento do jornal diário, e **emprestava à revista um tom concertante ou consensual**. De qualquer forma, garantiam que a sua «acção jornalística» se mantinha «subordinada á mesma orientação política» – a restauração da Monarquia –, que agora se revelaria «mais enérgica do que nunca porque mais do que nunca esta[vam] decididos a ir até ao fim.»<sup>5</sup>

Ora, **a oportunidade e a razão inspiradora de um programa como o que foi desenhado para *A Ideia Nacional* emanou, diretamente, da conjuntura política do país**, ou seja da sequênciacia de acontecimentos que conduziu à

---

<sup>3</sup> Conf. «Uma iniciatica d' *A Ideia Nacional*», na secção «Factos e Críticas», do n.º 3, p. 93.

<sup>4</sup> Conf. «O desaparecimento d' *A Restauração* e o aparecimento d' *A Ideia Nacional*, n.º 1, pp. 3-5.

<sup>5</sup> *Idem*.

nomeação do general Pimenta de Castro como chefe do governo<sup>6</sup> e, sobretudo, **das expectativas geradas, entre os monárquicos, pela política de pacificação que foi posta em marcha.** Desde logo, consideraram um bom prenúncio a formação de um ministério apartidário, onde predominavam os militares. E regozijaram-se com todas as medidas que contrariavam o objetivos do Partido Republicano Português (*democráticos*), desfazendo a “obra” que os seus sucessivos governos erguera, como seja: o levantamento de todas as sanções impostas à imprensa e desagravamento de quaisquer restrições à da liberdade de expressão; o adiamento das eleições gerais ao Congresso de 7 de março para 6 junho de 1915; a reabilitação da lei eleitoral de 1913, onde foram introduzidas alterações tendentes a alargar o universo dos eleitores, a desburocratizar o processo de recenseamento e a garantir maior representatividade às minorias<sup>7</sup>; e a proibição da reunião do Congresso a 4 de março, etc..

Resumindo, pela primeira vez desde a implantação da República, **muitos monárquicos acreditaram que estavam reunidas condições para a sua reintegração política** e acalentaram a ideia de **restaurar a monarquia por via legal**, isto é organizando-se como partido e disputando as eleições legislativas de 6 de Junho. Para tal tornava-se necessário consensualizar as ideias definidoras da «Causa Monárquica». Foi para responder a esse objetivo que a revista *Ideia Nacional* foi criada. Trata-se, portanto, de uma publicação ecléctica, eivada até de alguma contradição, uma vez que reflectia o mosaico ideológico e político da nação monárquica.

À medida que o tempo foi avançando, o programa d' *A Ideia Nacional*, tal como fora inicialmente exposto aos leitores, conheceu ligeiras alterações, sendo notório o **interesse crescente pela actualidade política**, particularmente no que se refere aos progressos registados pela organização monárquica. Na secção «Factos e Críticas», que invariavelmente encerra cada número, foi crescendo **o noticiário sobre a abertura, por todo o país, dos seus centros políticos, a eleição dos respetivos dirigentes e a atividade política aí desenvolvida** (conferências, encontros sociais, etc.). Era também nesta secção que comentavam o que diziam outros periódicos, monárquicos e republicanos, alimentando relações de cumplicidade e afronta. Refletindo o seu apoio ao general Pimenta de Castro, que os *democráticos* iam acusando de traição à República, **o discurso jornalístico foi endurecendo, tornando-se caustico mesmo**, por recurso à satirização e à difamação dos líderes republicanos.

---

<sup>6</sup> O decreto de nomeação foi publicado no *Diário do Governo*, de 25 de Janeiro de 1915.

<sup>7</sup> Conf. Decreto n.º 1:352, de 24/fev/1915.

## COLABORADORES E MATÉRIAS TRATADAS

Para tratar e fixar doutrina sobre «os problemas fundamentaes da vida portuguesa», *A Ideia Nacional* anunciou, logo no primeiro número, a **colaboração de um leque de personalidades conhecidas do público, monárquico e não só**, e investidas de uma certa autoridade, quer pelo curriculum político e profissional acumulado, quer pela sua fidelidade e dedicação ao rei e à Monarquia.

Desse corpo inicial de colaboradores, faziam parte: **Ramalho Ortigão** (1836-1915), que acabou por não participar, por motivo de doença, segundo explicação tardiamente avançada<sup>8</sup>; **Conselheiro Ayres de Ornellas**<sup>iv</sup> (1866-1930), lugar-tenente do rei D. Manuel II e seu representante junto das forças monárquicas e das instituições da Republica, que tratou de «O Conflito Europeu» (n.º 1, 2, 3, 8, 11 e 15); **Homem Cristo, pai** (1860-1943), que de França enviava as «Cartas de Longe», com impressões e divagações extraídas da realidade francesa (n.º 1, 3, 4, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17 e 18); da sua autoria foi ainda reproduzida a obra panfletária «O banditismo político. A anarchia em Portugal», que publicara em Madrid, no ano 1912 (n.º 11, 12 e 13)<sup>9</sup>; **Alberto Pinheiro Torres**<sup>v</sup> (1874-1962), advogado e publicista, ligado aos círculos católico e integralista, que ficara incumbido de tratar das «Questões Religiosas», mas que acabou por publicar um único texto, tendo como tema a guerra; **Lord Henry**, que o tempo veio a revelar **ser Alfredo Pimenta**<sup>vi</sup> (1882-1950)<sup>10</sup>, polemista de créditos firmados, vestiu a toga de filosofo político e marcou presença em quase todos os números, mas com a sua verdadeira identidade só a partir do n.º 16; o **Conselheiro José de Azevedo Castello Branco**<sup>vii</sup> (1851-1923), médico por formação, no único artigo que publicou revela-se o propósito de diluir desconfianças em relação à proposta integralista (n.º 16); **João do Amaral**<sup>viii</sup> (1893 -1981), que recentemente se celebrizara como autor, editor e proprietário do quinzenário «Aqui D’El-Rey!»<sup>11</sup> (1914) – onde se expuseram pela primeira vez os fundamentos do Integralismo Lusitano –, redigiu umas crónicas semanais, de cunho político, sob o título «O Meu Diário», além de outros artigos (n.º 2, 4, 5, 6, 7, 9, 10, 12, 13, 14, 15 e 17); **Conde de Sabugosa** – outra colaboração que se gorou; **Lourenço Cayolla**<sup>ix</sup> (1863-1935), militar de formação, professor e jornalista, ficou com a pasta das «Questões Coloniais» (n.º 1, 3, 6, 8, 10, 12, 14, 16 e 18); **António Emilio**

---

<sup>8</sup> Conf. «Factos e críticas», n.º 16, de 8/5/15, p. 511.

<sup>9</sup> A edição original pode ser consultada na Biblioteca República e Resistência (Cidade universitária).

<sup>10</sup> Leia-se o interessante depoimento sobre o nascimento do personagem Lord Henry e sua actividade na imprensa em «Lord Henry», n.º 16, de 08/05/1915, p. 498-501.

<sup>11</sup> Está acessível na Hemeroteca Digital e, para uma melhor compreensão do pensamento do autor, recomenda-se a leitura da respetiva «Ficha Histórica».

**d’Almeida Azevedo**<sup>x</sup> (1857-1923), magistrado, à data a exercer advocacia em Aveiro, que analisou aspectos da Constituição inglesa (n.º 1, 5, 10 e 18); **João da Nova**, uma identidade misteriosa, cuja presença se saldou num único artigo, que denunciava o “banquete” democrático à mesa do orçamento como origem da crise de subsistência instalada (n.º 2); **Conselheiro Anselmo Vieira**, que devia tratar das «Questões Financeiras», mas nada escreveu; e **G. Jean Aubry**<sup>xi</sup> (1882-1950), escritor e crítico francês de música e literatura, a quem fora confiada a secção «Questões Estrangeiras», o que na prática se traduziu numa reflexão sobre o sentido e as motivações da guerra na Europa, ao longo do tempo. (n.º 1, 4, 7, 9, 11 e 18).

Ao grupo de colaboradores anunciado no primeiro número juntou-se: **Francisco Velloso**, que substituiu Pinheiro Torres na pasta das «Questões Religiosas» (n.º 3, 6, 9, 13, 15); o advogado **Cherubim Valle Guimarães**<sup>xii</sup> (1880-1970), que comentou a oportunidade e o sentido político do decreto da amnistia<sup>12</sup>, de Pimenta de Castro (n.º 14); **Luiz de Magalhães**<sup>xiii</sup> (1859-1935), que comentou a solução política da «República conservadora» (n.º 7); e o poeta e dramaturgo espanhol, impulsor da estética modernista, **Francisco Villaespesa Martin** (1877-1936), que publicou um longo texto sobre «A juventude intelectual e a política espanhola» (n.º 17). Foi ainda anunciada, com alguma solenidade, a colaboração de Rocha Martins (1879-1952; no n.º 4 e 9), então diretor do *Jornal da Noite* (n.º 4 e 9), mas não se verificou.

O diretor d’ *A Ideia Nacional*, **Homem Cristo Filho**, reservou para si os editoriais, onde lançou as mais violentas acusações e insultos aos líderes republicanos, e explanou argumentos a favor da unidade dos monárquicos, procurando persuadi-los da eficácia da estratégia da Causa monárquica para reconquistar o poder e restaurar a monarquia. **Victor Falcão, o secretário-geral, o realizou um “inquérito” à administração republicana local**, que começou na cidade do Porto, o que rendeu dois artigos demolidores: «Os donos do Porto» e «A questão da bolsa do Porto» (n.º 1, 3, 4, 5, 6 e 7).

Resta agora fazer referência à revista, enquanto objecto e mercadoria. Trata-se de uma edição sóbria, pequeno formato, com 32 páginas, cobertas com uma capa, sem elementos gráficos ou cor. A mesma penúria marca o designado “miolo”, onde o texto se distribui à largura da página. A numeração é contínua, o que convidava à reunião em volumes e à encadernação.

Quanto ao preço praticado, as tiragens e os canais de distribuição e venda, a informação não abunda ou é mesmo inexistente. Nos primeiros números consta apenas o **preço do exemplar: 50 réis**. A primeira referência à venda por assinatura apareceu no 5.º número, sob a forma do costumado aviso de cobrança: «Prevenimos os nossos amigos de todo o país que a administração d’ *A Ideia Nacional* começa esta semana a cobrança de **assinaturas por 3**

---

<sup>12</sup> Decreto n.º 1508, de 20 de Abril, 1915.

**mezes ou seja uma série de 24 n.ºs.** Pedimos a todos aqueles que não devolveram *A Ideia Nacional* o favor de pagar a sua assignatura logo que o recibo lhes seja apresentado para evitar contratempos para esta Revista.»<sup>13</sup> Houve necessidade de repetir o aviso e os dirigentes da revista não esconderam a sua irritação, ameaçando tornar pública a identidade dos faltosos: «E quem não devolve nem paga prejudica gravemente os nossos interesses e falta a um dever elementar: o nome d'essas pessoas será publicado para que o publico lhes dê o qualificativo que merecem.»<sup>14</sup> Felizmente para *A Ideia Nacional*, pode contar com amigos mais empenhados e generosos, que desde cedo se fizeram anunciantes fieis, mas não existe informação sobre o preço da publicidade. Tudo leva a crer que a distribuição da revista era assegurada, fundamentalmente, pelos serviços postais.

Rita Correia

Lisboa, 5 de Fevereiro de 2015

## BIBLIOGRAFIA

*Grande enciclopédia portuguesa brasileira.* Lisboa-Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, Lda., [s.d.].

*Dicionário Biográfico Parlamentar (1834-1910), Vol. I (A-C)*, coord. Maria Filomena Mónica. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e Assembleia da República, 2004.

FERREIRA, David – *História Política da Primeira República.* Lisboa: Livros Horizonte, 1973-1981, Vol. 1 (1.ª e 2.ª parte).

LEMOS, Mário Matos e – *Jornais Diários Portugueses do Século XX. Um Dicionário.* Coimbra: Ariadne Editora, Lda, [s.d.]. ISBN 972-8838-35-2.

Santos, Miguel António Dias – *Antiliberalismo e contra-revolução na I República (1910-1919).* Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Secção de História, Teses de Doutoramento, 2010.

---

<sup>13</sup> Conf. «Aos nossos amigos», in n.º 5, p. 160.

<sup>14</sup> Conf. «Haja character», in n.º 9, p. 287.

PIRES, Daniel – Dicionário da Imprensa Periódica Literária Portuguesa do Século XX (1900-1940). Lisboa: Grifo – Editores e Livreiros, 1996. ISBN 972-8178-08-5

STAP, John – Las vidas de Joseh Conrad. Ed. Penguin Randon House Editorial España, 2011 (e-Livro acessível no Google) [Consultado a 3/1/2015]

## Notas biográficas

---

<sup>i</sup> **Francisco Manuel Homem Cristo** (Lisboa, 05/03/1892 - Roma, 12/06/1928) – Conhecido como Homem Cristo Filho para se distinguir do pai que tinha o mesmo nome. Foi um jornalista político, de estilo arrebatado e incisivo, o chamado agitador nato. Estudou em Lisboa, Viseu e Coimbra, onde foi aluno de Direito. Era simpatizante do movimento republicano e fundou, em Coimbra, o jornal *A Verdade*. A violência dos artigos que aí publicou contra alguns professores foi tal que acabou por ser expulso da universidade. Tornou-se redator do diário *A República*, dirigido por António José de Almeida, onde consolidou a sua fama como jornalista combativo e independente. Depois de implantada a República tornou-se uma das vozes mais críticas do regime e foi obrigado a exilar-se. Depois de passar Madrid, instalou-se em Paris e começou a escrever em periódicos franceses como: *O Éclair*, o *Intransigeant*, o *Journal*, entre outros. Continuou a criticar ferozmente a República Portuguesa, o que lhe valeu a inimizade do ministro português em Paris, João Chagas, que convenceu as autoridades francesas a expulsá-lo do território. Mas a decisão acabou por ser revogada, por força dos apoios que se solidarizaram com HC. Reinstalado em Paris, HC consumou a sua aproximação às correntes mais reacionárias e nacionalistas, e cultivou amizade com elementos da diáspora monárquica. Tornou-se monárquico e integralista. Em 1914, aproveitando os bons ventos da amnistia, regressou a Portugal determinado bater-se pelo rei: fundou e dirigiu os jornais *Restauração* (1914) e *A Ideia Nacional* (1915). Depois, HC entrou em rutura com os monárquicos e rumou novamente para a capital francesa. Aí permaneceu até sentir o estímulo desencadeado pela revolução de 28 de Maio de 1926, que o trouxe de novo a Lisboa. Fundou o diário *Informação* e procurou influenciar a situação política instalada. Na sequência de uma avaliação crítica sobre a acção do Ministro Sinel Cordes, publicada no seu jornal, foi obrigado a abandonar o país. Foi para Roma, onde faleceu num acidente de automóvel, perto de Roma.

<sup>ii</sup> **Victor Falcão** (Lisboa, 13/09/1886 - Ericeira, 09/04/1966), jornalista, escritor e figura de reconhecido valor no ecossistema artístico e literário nacional, foi também um divulgador da cultura portuguesa na Europa. Estreou-se muito novo nas lides da imprensa e ascendeu rapidamente a cargos de chefia. Somava 21 anos de idade (1907) quando assumiu a direcção da revista *Ilustração Popular*. Em 1910, juntou-se à equipa do diário *Intransigente*, dirigido por Machado dos Santos. Decorridos dois anos, chefiava a redacção d' *A Capital*, e no ano seguinte, o *Século*, convidou-o para dirigir os seus serviços em Madrid. Quando estourou a Grande Guerra, VF partiu para Paris para acompanhar de perto os acontecimentos. Daí enviou centenas de crónicas, para publicação na imprensa portuguesa e brasileira. Entre essas remessas terão seguido as que se destinavam à revista *A Ideia Nacional*. Regressou a Portugal em 1920 para assumir, predominantemente, o papel de crítico artístico e literário. Interesses que reflectem a sua presença no Grupo do Tavares, que reunia artistas monárquicos (ou simpatizantes) com ideias modernistas como os pintores Guilherme Santa-Rita, Amadeu de Sousa Cardoso, José de Almada Negreiros, Eduardo Viana, e Manuel Martins; os arquitetos

---

José Pacheco e Francisco do Amaral; o escultor Francisco Franco; o compositor Rui Coelho, e o advogado e jornalista João do Amaral. Fundou a *Revista Portuguesa* (1923), semanário de crítica, dirigiu o *Diário da Tarde* (1925), e colaborou, na *Contemporânea*, n.º *A Imprensa Nova* (1922-24), no *Diário de Lisboa*, entre outros. No final da década de 20, mudou-se para Bruxelas, mas manteve contacto com os leitores nacionais, através do *Diário de Notícias* e do *Comercio do Porto*, e de semanários e mensários como a *Ilustração*, o *Magazine Bertrand*, no *ABC*, *Domingo ilustrado*... Entretanto, fez-se colaborador de muitas revistas belgas e realizou uma série de actividades (conferências, exposições, etc.) sobre a história e a cultura portuguesas em universidades e institutos. A direcção da secção portuguesa da Exposição Internacional de Bruxelas de 1935 também começou por lhe ser entregue, mas depois foi afastado. Regressou a Portugal no final de 40.

iii **Francisco Manuel Homem Cristo** (Aveiro, 08/03/1860 – Aveiro, 25/02/1943), jornalista, panfletário, escritor, oficial do Exército. Ao tempo da Monarquia, integrou o Directório do Partido Republicano. Mas foi sempre um homem com ideias próprias e zeloso da sua independência, pelo que era comum estar em desacordo com as posições maioritárias no partido e não o escondia. Pelo contrário, gostava do confronto e batia-se pelas suas convicções, sem recear as inimizades ou outras consequências. Fizeram história algumas polémica que sustentou contra Guerra Junqueiro, Afonso Costa e outros. Era um alferes de 22 anos de idade, quando fundou o semanário *O Povo de Aveiro* (1882-1941). Durante anos, HC foi o único redactor do jornal e estilo virulento de panfletário despertou o interesse e animou paixões de sentido contrário. Também foi colaborador de *O Século*, sob a direcção de Magalhães Lima (1886-96). Em 1909, demitiu-se do Exército. Depois da implantação da República, a ruptura com o partido aprofundou-se. Em 1911, *O Povo de Aveiro* foi suspenso e HC partiu para Paris. Daí deu continuidade ao seu jornal, agora com o título *O Povo de Aveiro no Exílio*, e também publicou panfletos a denunciar a perseguição movida pelos democratas e a expor o seu pensamento sobre temas diversos. N.º *A Ideia Nacional* foram reproduzidos alguns desses textos. Homem Cristo regressou à sua terra natal em Maio de 1915 e pouco tempo depois retomou a publicação do seu jornal, rebaptizado como *O de Aveiro*. Aparentemente, Homem Cristo não se converteu à Monarquia, ainda que continuasse antagonizado com a República e os republicanos que a edificaram. Em finais de 1929, figura entre os colaboradores do republicano *Diário Popular* (1929-30).

iv **Aires de Ornelas e Vasconcelos** (Funchal, 5/03/1866 - Lisboa, 14/12/1930), militar de carreira, africanista e monárquico, era conhecido por Aires de Ornelas. Fez o curso de Estado Maior da Escola do Exército, que concluiu em 1889. Foi um dos fundadores da *Revista do Exército e da Armada* (1893), e também colaborou no *Jornal das Colónias* (1876-1894), no *Boletim da Sociedade Geografia* (1877...) e no diário regenerador-liberal *Correio da Manhã* (1910-11). Participou nas campanhas de África (1895). Foi governador-geral de Moçambique (1896 a 1898) e Ministro da Marinha e Ultramar do governo de João Franco (1906 a 1907). Também foi deputado da nação, em 1918 e 1922. Após a revolução de 1910, demitiu-se do exército e instalou-se em Londres, junto do rei D. Manuel II, que o nomeou seu Lugar-Tenente. Durante o exílio, colaborou com no *Diário da Manhã* (1914). Terá regressado em 1915 – segundo informação avançada no 1.º número de *A Ideia Nacional* –, e no ano seguinte fundou e dirigiu o, o *Diário Nacional*, órgão da Causa Monárquica. Mas assinatura de AO encontra-se disseminada por muitas publicações periódicas monárquicas, nomeadamente: *A Ideia Nacional* (1915) e *O Nacional* (1915). Em 1919, esteve ao lado de Paiva Couceiro na tentativa de restauração monárquica, a efémera Monarquia do Norte, o que lhe valeu uns meses de prisão,



---

em São Julião da Barra. Uma vez liberto, ainda foi colaborador do *Correio da Manhã*, novo órgão da Causa Monárquica (1921-28), e *Jornal da Madeira* (1923-1926).

<sup>v</sup> **Alberto Pinheiro Torres** (Braga, 02/11/1874 – Porto, 31/07/1862), advogado e publicista ligado aos meios católicos e, mais tarde, aos integralistas. Formou-se em Direito, na Universidade de Coimbra e desempenhou as funções de subdelegado do Procurador Desempenhou Régio, em Cabeceiras de Baixo. Foi administrador do Concelho de Caminha e diretor da Casa de Correção e Detenção do Distrito do Porto. Após a implantação da República foi demitido das funções públicas que ocupava e exerceu advocacia no Porto.

Foi eleito deputado pelo Partido Nacionalista nas legislaturas de 1908-10 e 1925-26. No Estado Novo, foi eleito deputado na primeira legislatura da Assembleia Nacional.

Como ativista católico, foi co-fundador do Círculo Católico Operário, em Vila do Conde (1905) e, mais tarde, do Centro Católico Português (1917), onde desempenhou funções diretivas. Também foi um colaborador regular de periódicos católicos como o diário *Portugal* (1907-10), e dirigiu o semanário *O Grito do Povo*, em 1907, e do diário católico *A Palavra*, em 1910. Em 1913, tornou-se colaborador da revista *Alma Portuguesa*, órgão do Integralismo Lusitano e dois anos depois, quando *A Ideia Nacional* lhe deu as boas vindas (n.º 6), apresentou-o como diretor do semanário *A Liberdade* (1914-19).

<sup>vi</sup> **Alfredo Augusto Lopes Pimenta** (Guimarães, 03/12/1882 - Lisboa, 15/10/1950), teórico político, escritor, historiador, formou-se em Direito, em Coimbra. Politicamente, nos anos de estudantes alinhou com os anarquistas e, depois da fase republicana (evolucionista), converteu-se ao catolicismo e à monarquia e foi um dos seus mais destacados doutrinadores. Primeiro, esteve com os integralistas, depois entrou em ruptura com eles e criou o movimento *Acção Tradicionalista Portuguesa*. Acabou como apoiante do Estado Novo de António Salazar e admirador dos regimes fascistas e do nazismo. Foi professor no Liceu Passos Manuel em Lisboa. Foi deputado (1913-18). Em 1933, ingressou como conservador no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, do qual veio a ser diretor de 1949 a 1951. Também foi diretor do Arquivo Municipal de Guimarães (1931). Fundador do Instituto Português de Arqueologia, História e Etnografia, em 1953, e da Academia Portuguesa da História, em 1937. A presença de AP na imprensa é muito intensa e um espelho da sua evolução política, bem como dos seus interesses eruditos. No tempo da monarquia, colaborou como crítico literário e artístico, publicista, em publicações como *A Crónica* (1900-06), *O Burgo Pôdre* (1902-03), *Ala Moderna* (1903), *Alma Nova* (1903) *Arte & Vida* (1904-06) e também no diário republicano do Porto *O Norte* (1900-1910); depois da revolução, escreveu para o diário republicano evolucionista *A República* (1911-27), o diário radical *A República Portuguesa* (1910-11) e o independente *O Arauto* (1913-14). Depois, juntou-se aos monárquicos, colaborando assiduamente na imprensa que se dizia fiel à Causa Real, ao integralismo, a nacionalista, a católica, a sidonista, pró-Estado Novo, etc.: *Restauração* (1914), *A Ideia Nacional* (1915) e (1927), *Diário Nacional* (1916-19), *A Época* (1919-27), *Diário da Tarde* (1921), *Correio da Manhã* (1921-28), *Acção Realista* (1924-26), *Ideia Nacional* (1927), *A Voz* (1927-71), *Acção* (1936-38), entre outras. Como crítico, comentador e investigador, publicou nas revista *Contemporânea* (1922-26), *Música* (1924), *Feira da Ladra* (1929-1943), no semanário *O Bandarra* (1935-36), no *Fradique* (1934-35), e em jornais de informação como o *Diário de Lisboa* e o *Diário de Notícias*. Deixou por legado uma obra publicada de mais de centena e meia de títulos.

---

vii **José de Azevedo Castelo Branco** (Vila Real, 25/09/1851 – Lisboa, 25/03/1923), médico-cirurgião, formou-se em Coimbra. Membro do Partido Regenerador, foi eleito deputado, por diferentes círculos, entre 1884 e 1900. Em 1901 foi elevado à condição de Par do Reino. Desempenhou vários na administração: foi governador civil do Funchal em 1890 e de Lisboa em 1900-1901; bibliotecário-mor, inspector superior das Bibliotecas e Arquivos e director-geral das Belas-Artes e Ensino Industrial e Profissional (1891). Em 1901, foi nomeado ministro plenipotenciário na China, e em 1910, quando estourou a revolução, era Ministro dos Negócios Estrangeiros, do ministério regenerador de Teixeira de Sousa. Exilou-se em França e apoiou a Causa Monárquica. Em algumas biografias e notas biográficas sobre a sua pessoa, consta que foi colaborador assíduo na imprensa do seu tempo, mas só o detectámos n' *A Ideia Nacional* (1915) e na primeira série da revista *Nação Portuguesa*, 1.ª série, (1914-16).

viii **João Mendes da Costa Amaral** (Alcácer do Sal, 18/01/1893 - Lisboa, a 04/03/1981) – jornalista político e gestor, formou-se em Direito pela Universidade de Coimbra. Começou por militar nas fileiras republicanas, mas depois da implantação da República, tornou-se monárquico e esteve com os fundadores do Integralismo Lusitano. Mais tarde, veio a ser dirigente da União Nacional e seu deputado à Assembleia Nacional desde a 1.ª legislatura (1934). Formou-se em Direito pela Universidade de Coimbra. Na imprensa, é possível acompanhar o seu rasto a partir de 1913. Há notícia de que foi redactor do *Diário de Coimbra* e que, no final daquele ano, se tornou colaborador do *Intransigente* (1910-1915), diário republicano, dirigido por Machado Santos. Do radicalismo republicano ao monárquico foi um ápice. Em 1914, em acção concertada e apoiada pelo grupo da revista *Nação Portuguesa* (1914-1938), órgão do Integralismo Lusitano, começou a publicar, em Lisboa, o panfleto *Aqui d'El Rey!*. Foi aventura efémera, mas que lhe enriqueceu o curriculum e deu traquejo. Depois, foi semeando doutrina pelos periódicos monárquicos como o *Restauração* (1914) e *A Ideia Nacional* (1915) e ressuscitou o semanário coimbrão, *Pátria Nova*, que Luís Almeida Braga fundara em 1911. Em Fevereiro de 1917, assumiu a chefia da redacção do primeiro diário integralista, *A Monarquia*, dirigido por Hipólito Raposo. Envolveu-se na tentativa restauracionista de 1919, a Monarquia do Norte. Após o falhanço da tentativa restauracionista de 1919, exilou-se no Brasil. Regressou após a «revolução nacional» de 1926, e como já fizera antes, ressuscitou o título d' *A Ideia Nacional* (1927), e tentou reciclar e relançar o movimento integralista. Mais tarde, entrou na redacção do *Diário de Notícias*, do qual foi subdirector entre 1938-1939. Depois de abandonar a actividade jornalística, João do Amaral foi administrador da companhia de seguros A Mundial e da Companhia Colonial de Navegação.

ix **Lourenço Caldeira da Gama Lobo Cayolla** (Campo Maior, 21/06/1863 - Lisboa, 30/07/1935), militar de carreira, professor, articulista e escritor. Fez estudos no Colégio Militar e na Escola de Exército. Depois, conseguiu colocação como professor da Escola Superior Colonial, onde regeu a cadeira de Colonização desde 1906 até 1934. As questões do desenvolvimento colonial estiveram sempre no centro dos seus interesses e as suas teses e opiniões tinham seguidores. Não raras vezes, foi convidado da Sociedade de Geografia de Lisboa como conferencista e redigiu artigos para o *Boletim da Agência Geral das Colónias*, dirigido pelo seu filho Júlio Cayolla. Foi administrador da Companhia do Niassa e também pertenceu à direcção da CP – Caminhos de Ferro Portugueses. Durante a monarquia constitucional, andou sempre alinhado com o Partido Progressista. Foi eleito deputado, pela primeira, em 1897, pelo círculo de Fronteira, Alentejo. Manteve-se no parlamento até 1910, depois alheou-se da política directa. Uns anos mais tarde, vestiu a camisola da União Nacional. A sua actividade jornalística começou quando era estudante da Escola Politécnica. Há memória de ter aí fundado o periódico *A Justiça*. Em Elvas, onde começou a sua carreira militar, estreou-se no jornalismo político, como

---

colaborador d' *O Elvense* (1880-1897) e depois do *Correio Elvense* (1889-1951). Em 1893, foi convidado a entrar para a redação do *Correio da Noite*, órgão dos progressistas, ao serviço do qual se veio a revelar um polemista aceso. Instaurada a República, a sua presença na imprensa centrou-se na questão colonial, a paixão da sua via, e também na literatura. Foi redator e colaborador de muitos jornais e revistas, e também assumiu funções de maior responsabilidade, como no caso do *Diário de Notícias*, onde terminou a sua vida profissional.

<sup>x</sup> **António Emílio d'Almeida Azevedo** (Aveiro, 14/02/1857 - 28/10/1923), magistrado, formado em Coimbra, iniciou a sua carreira como delegado do procurador da Coroa e Fazenda em Macau. Uma estreia que ficou marcada por um conflito com o governador, por motivo de ele mandar sovar uns chineses, quando esse tipo de sanção já não era aplicável. Revelando o apurado sentido de justiça e de independência, o juiz Emílio d'Almeida Azevedo, abriu um processo judicial contra o governador e venceu. A salvaguarda dos direitos dos presos esteve no centro das suas preocupações de jurista, como transparece na obra que deixou publicada. Também foi representante da lei em São Tomé e na Índia. Depois de regressar a Portugal, em 1892, exerceu o seu magistério nas comarcas de Sabugal (Guarda), Póvoa de Varzim (Gr. Porto), Gouveia (Guarda), Régua e Anadia. Em 1909, passou a juiz de instrução criminal em Lisboa e instruiu o processo do regicídio, assim como dirigiu as investigações sobre diversas associações secretas e crimes célebres. Monárquico e conservador, optou por se manter independente e foi nessa qualidade que consumou uma curta experiência como deputado, eleito pelo círculo da Feira, para a legislatura de 1893. Se sentiu seduzido pela atividade parlamentar. Em Julho de 1911, por motivo da sua participação nas conspirações monárquicas, e foi forçado exilar-se na Galiza. Pouco depois, foi convidado a juntar-se ao séquito de D. Manuel II, em Londres, integrando o seu conselho político. Foi admitido como professor do King's College, exerceu advocacia, fez-se colaborador do *Times* e também enviava artigos para a imprensa portuguesa, nomeadamente para *O Comércio do Porto*, *Correio de S. Paulo* e *O Dia*. Aproveitando a acalmia que permitiu a amnistia de 1914, regressou a Portugal, estabeleceu-se como advogado na sua terra natal, Aveiro, e colaborou com a Causa Monárquica.

<sup>xi</sup> **Georges Jean-Aubry** (também Gérard Jean-Aubry ou G. Jean-Aubry) era pseudónimo de Jean- Frédéric -Emile Aubry (1882-1950), crítico francês e comentarista e literário, que frequentou as tertúlias literárias e musicais de Paris e Londres. Foi amigo, tradutor e primeiro biógrafo de Joseph Conrad, célebre escritor britânico, nascido na Polónia, e foi tradutor da sua obra. A sua colaboração n' *Ideia Nacional*, poderá explicar-se por conta de qualquer tipo de contato ou amizade estabelecido com Homem Cristo Filho ou outro colaborador da revista, durante o tempo de exílio em Paris - mas é hipótese por confirmar.

<sup>xii</sup> **Querubim do Vale Guimarães** (Coimbra, 12-03-1880 - 25-03-1970), advogado e proprietário, formou-se em Coimbra. Definia-se como monárquico constitucionalista, católico e nacionalista. Foi senador na VI Legislatura (1922-1925), eleito por Aveiro, em representação da minoria monárquica. Militante da Acção Católica desde a sua fundação em 1928. No Estado Novo, foi presidente da Comissão Distrital de Aveiro da União Nacional e deputado da Assembleia Nacional.

<sup>xiii</sup> **Luís Cipriano Coelho de Magalhães** (Lisboa, 13/09/1859 – Porto, 14/12/1935), jornalista, escritor, formado em Direito, pela Universidade de Coimbra, ficou conhecido por Luís de Magalhães. Foi nomeado governador de civil de Aveiro (1892), durante o ministério

---

progressista, presidido por José Dias Ferreira; e ministro dos Negócios Estrangeiros (1906), do governo de João Franco, líder dos regeneradores-liberais, mas demitiu-se quando teve início a aventura da «ditadura». Em 1897, foi eleito deputado pela primeira vez, como independente, por Vila do Conde. Seria reeleito mais duas vezes, com o mesmo estatuto, em Novembro de 1899 e em Novembro de 1900, pelo círculo da Póvoa de Varzim. Voltou ao parlamento em 1906, agora como deputado regenerador-liberal, eleito pelo círculo de Viana do Castelo. Depois de 1910, exilou-se junto de Manuel II, em Richmond. Esteve ao lado de Henrique da Paiva Couceiro e Aires de Ornelas de Vasconcelos nas designadas «incursões monárquicas». Colaborou com a Causa Monárquica, mas como constitucionalista convicto foi com desconfiança que assistiu à sua contaminação por ideias ostensivamente reacçãoárias.

Foi nos tempos de estudante que publicou os primeiros artigos na imprensa e os primeiros livros de poemas. Os vestígios dessa actividade tornam-se fáceis de seguir a partir de 1885, quando se ligou aos progressistas do *Grupo Vida Nova*, criado por Oliveira Martins e outros. Começou então a redigir artigos para o diário *A Província*, órgão do movimento no Porto, e também para o *Comércio do Porto Ilustrado* (1893-1941). A partir de 1900, tornou-se colaborador dos principais periódicos regeneradores e regeneradores-liberais, como o *Diário Ilustrado* (1872-1911), o *Jornal da Noite* (1903-1908), o *Diário Nacional* (1907-08). Também colaborou com periódicos de crítica e literatura, nomeadamente: a *Ala Moderna*, de Guimarães (1903) e *Portugal Artístico*, do Porto (1904-05). Depois da implantação da República, a sua assinatura tornou-se frequente nas páginas de periódicos monárquicos como o *Diário da Manhã* (1914), *O Nacional* (1915), *A Ideia Nacional* (1915), *A Pátria* (1917-1919), o *Correio da Manhã* (1921-28), e também nas revistas *Límia* (1910-11, Viana do Castelo) e *Educação Portuguesa* (1922-25, Porto). Após a revolução de 1926, a ligação de LM à imprensa esmoreceu. Colaborou com duas publicações dos Açores, o diário *O Jornal* (1927-32, funchal) e a revista *Ínsula* (1932-34, Ponta Delgada); e também redigiu artigos para *A Gazeta* (1929-30), apoiante da ditadura.